



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,22% São Paulo	172.447 172.742 6/7 7/7 8/7 9/7	R\$ 5,123 (- 0,50%)	3/julho 5,169 6/julho 5,132 7/julho 5,153 8/julho 5,148	R\$ 1.621	14,15%	14,12%	Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58

COMBUSTÍVEIS

Governo adia decisão sobre subsídio

Ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirma que o governo postergou a definição da retirada da subvenção à gasolina para a próxima semana, e qualquer mudança será calibrada de acordo com a evolução dos preços internacionais do petróleo

» RAFAELA GONÇALVES

O governo federal adiou para a próxima semana a decisão sobre a retirada da subvenção à gasolina diante da nova escalada dos preços do petróleo no mercado internacional. A medida, que vinha sendo preparada pela equipe econômica e poderia ser anunciada ainda nesta semana, foi postergada após o aumento das tensões geopolíticas entre Estados Unidos e Irã elevar as cotações da commodity e ampliar a incerteza sobre o comportamento dos combustíveis.

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o cenário externo mudou de forma significativa nos últimos dias, exigindo uma reavaliação do cronograma inicialmente previsto. A preocupação do governo é evitar que a retirada do benefício coincida com um momento de pressão adicional sobre os preços ao consumidor. “Essa semana, eu ia anunciar a retirada da gasolina. Vou analisar a retirada na próxima semana, porque o preço da gasolina já está com impacto diferente do que eu estava prevendo”, afirmou o ministro, ontem, em entrevista à Rádio Gaúcha.

A postergação ocorre em meio à valorização do petróleo Brent, referência para o mercado internacional, que voltou a ser negociado acima de US\$ 80 por barril após a intensificação do conflito no Oriente Médio. A troca de ataques entre Estados Unidos e Irã reacendeu os temores de interrupções no fornecimento global de petróleo, especialmente em razão das ameaças ao Estreito de Ormuz, corredor estratégico por onde passa cerca de um quinto da produção mundial comercializada.

Apesar do adiamento, Durigan sinalizou que a intenção do governo permanece inalterada: reduzir gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis, desde que o ambiente internacional permita.

“Semana que vem, a depender da situação, o que eu gostaria de fazer é retirar o subsídio da gasolina, seja parcial, seja totalmente”, declarou. O ministro destacou que a estratégia da equipe econômica busca equilibrar o ajuste fiscal com a necessidade de evitar impactos

bruscos sobre a inflação e o custo de vida da população. Segundo ele, qualquer mudança será calibrada de acordo com a evolução dos preços internacionais do petróleo.

Diesel

Durigan também indicou que a política para o diesel continuará sendo conduzida de forma mais cautelosa, em razão da importância do combustível para o transporte de cargas, alimentos e passageiros. “Nós temos de adotar com cautela a retirada de subsídios”, afirmou, ao ressaltar que o atual patamar das cotações internacionais ainda recomenda prudência.

O governo já iniciou a redução dos incentivos ao diesel. Em 1º de julho, foi encerrada a subvenção temporária de R\$ 0,35 por litro, criada para amortecer os efeitos da alta internacional dos preços. No entanto, permanece em vigor o principal mecanismo de apoio ao combustível, equivalente a R\$ 1,12 por litro para o diesel rodoviário.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), sinalizou que o Congresso e o governo chegaram a um entendimento para avançar com medidas voltadas ao mercado de combustíveis, mas indicou que qualquer decisão dependerá da estabilização do cenário internacional.

“Com relação ao PLP dos combustíveis, o governo federal segue comprometido em retirar o subsídio que está sendo dado para a gasolina, necessitando apenas de mais um tempo para aguardar a estabilização do preço decorrente do conflito no Irã”, escreveu Motta em publicação no X.

Etanol na gasolina

Além da revisão da política de subsídios, o governo pretende acelerar a ampliação da participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis do país. Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, a equipe econômica trabalha para elevar, nos próximos dias, o percentual de etanol anidro misturado à gasolina, dos atuais 30% para 32%.

A decisão, no entanto, voltou a ser

Washington Costa



Dario Durigan diz que equipe trabalha para elevar, nos próximos dias, a mistura de etanol na gasolina para 32%

adiada. Esta é a terceira vez que o governo posterga a deliberação sobre o tema. A expectativa era de que o aumento da mistura fosse aprovado na reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), prevista para esta semana no Ministério de Minas e Energia (MME). O encontro, no entanto, foi cancelado, adian-do novamente a definição.

A ampliação da mistura faz parte da estratégia do governo para reduzir a dependência da gasolina de origem fóssil, ampliar o consumo de biocombustíveis produzidos no país e diminuir a exposição do mercado doméstico à volatilidade dos preços internacionais do petróleo. A avaliação da equipe econômica é que a medida também fortalece a cadeia sucroenergética, amplia a segurança energética e contribui para a descarbonização do setor de transportes.

O presidente da Câmara também indicou apoio à iniciativa. “Em

contato com os ministros do Planejamento, Bruno Moretti, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acertamos que o CNPE irá se reunir na próxima terça-feira para deliberar sobre o aumento do percentual de 30% para 32% do etanol na gasolina”, informou Motta.

A proposta divide opiniões entre governo, setor sucroenergético e indústria automobilística. Enquanto o Executivo defende a medida como uma forma de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e ampliar o uso de fontes renováveis, fabricantes de veículos alertam para a necessidade de mais testes antes da adoção da nova mistura.

A principal preocupação está na compatibilidade do combustível com a frota em circulação, especialmente veículos mais antigos ou importados, desenvolvidos para operar com teores menores de etanol. Especialistas apontam que o aumento da

concentração pode acelerar o desgaste de componentes do sistema de alimentação e do motor em modelos que não foram calibrados para essa composição.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) tem defendido cautela na implementação da medida. Segundo o presidente da entidade, Igor Calvet, a preocupação da indústria não é com o aumento da mistura em si, mas com a necessidade de validação técnica antes da mudança. “Nós temos discutido, na verdade, é que o aumento da mistura deve ser precedido de testes. Esse é o único ponto da Anfavea”, defendeu.

Para a entidade, a realização de ensaios e de avaliações de desempenho é fundamental para garantir a compatibilidade da nova formulação com os diferentes modelos da frota brasileira e evitar impactos sobre a durabilidade dos veículos.

Bolsa sobe e dólar cai

O Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), renovou máxima e flertou com o nível dos 173 mil pontos, na tarde de ontem, em linha com os ganhos das Bolsas de Nova York. Ainda monitorando o conflito no Oriente Médio, o mercado financeiro se ape-gou ao ‘copo meio cheio’, com relatos de que mediadores trabalham para retomar negociações entre Estados Unidos e Irã, após o presidente Donald Trump dizer que Teerã entrou em contato para tentar fechar um acordo.

Entre os operadores do mercado, predomina a leitura de que a retomada dos ataques no Estreito de Ormuz são temporários, o que fez o petróleo recuar mais 2%, ontem, ajudando as curvas de juros a cederem e abrindo espaço para um apetite por renda variável.

Após mínima com estabilidade pela manhã, o IBovespa chegou a registrar alta de 1,34% na tarde de ontem, aos 172.932, e encerrou o pregão com avanço de 1,22%, aos 172.742, 12 pontos. Na semana, a B3 acumula queda de 0,76%, enquanto passa a subir 0,42% no mês, e 7,21% no ano. O giro financeiro de R\$ 19,49 bilhões ficou abaixo da média, com liquidez reduzida pelo feriado no Estado de São Paulo.

O dólar encerrou a sessão de ontem em queda frente ao real, em sintonia com o comportamento da moeda norte-americana em relação às divisas emergentes. Apesar de ataques no Oriente Médio e do comprometimento do fluxo de embarcações pelo Estreito de Ormuz, investidores se animaram com a possibilidade de retomada das negociações de paz.

A divisa norte-americana fechou o dia em queda de 0,50%, cotada a R\$ 5,123 para a venda, passando a acumular desvalorização de 0,89% na semana. O barril do petróleo tipo Brent fechou a US\$ 76,30, ontem, com queda de 2,2%.

TARIFAÇÃO

Em carta, entidades defendem acordo

» ARMANDO HOLANDA

A Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a U.S. Chamber of Commerce, emitiram uma nota conjunta para os governos do Brasil e dos Estados Unidos defendendo a construção de um acordo de curto prazo para evitar a imposição de novas tarifas sobre produtos brasileiros no âmbito da investigação da Seção 301, da Lei de Comércio dos EUA, conduzida pelo governo norte-americano.

O documento lembrou que os

dois países são parceiros estratégicos há dois séculos e defendeu um esforço concentrado entre os dois países. “Às vésperas do prazo final da investigação, é essencial um esforço concentrado dos governos do Brasil e dos Estados Unidos para viabilizar um acordo que evite a aplicação das tarifas e abra espaço para uma agenda mais ampla de fortalecimento da relação econômica bilateral”, afirmou o presidente da Amcham Brasil, Abrão Neto.

A carta foi direcionada ao ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Marcio Elias Rosa; ao ministro

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ministro Márcio Elias Rosa, do Mdic, foi um dos destinatários da missiva

das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira; ao representante de Comércio dos Estados Unidos, embaixador Jamieson Greer; e ao secretário de Estado

norte-americano, Marco Rubio.

“O Brasil e os Estados Unidos compartilham uma parceria estratégica baseada em comércio, investimentos, tecnologia, inovação

e integração de cadeias produtivas que promovem prosperidade, competitividade e geração de empregos em ambos os países. Nesse contexto, esperamos que as tratativas comerciais em curso levem a resultados práticos e relevantes que reforcem a previsibilidade, ampliem oportunidades e fortaleçam a confiança empresarial”, destacou o documento.

Como prioridade imediata, as entidades sugerem que as negociações avancem sobre a ampliação do acesso a mercados para determinados produtos, incluindo insumos industriais, bens de capital e itens voltados à segurança energética, à infraestrutura de inteligência artificial e ao desenvolvimento de data centers. A carta também propõe aprofundar a cooperação regulatória em setores como automotivo, produtos para saúde e equipamentos médicos.

» Taxação para exportação

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) decidiu manter por mais 60 dias, pelo menos, a alíquota de 12% do imposto de exportação incidente sobre óleos brutos de petróleo utilizados na produção de combustíveis, a fim de preservar o abastecimento interno. A decisão foi criticada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), que classificou a manutenção da cobrança como uma tentativa de preservar o tributo por via administrativa, às vésperas da perda de eficácia da Medida Provisória nº 1.340/2026. **(RG)**